



Extensio
UFSC

Revista Eletrônica
de Extensão

PROJETO DE EXTENSÃO FALADEIRAS

Maria Regina de Avila Moreira
Universidade Federal de Santa Catarina
reavila10@gmail.com

Christiane dos Santos Luciano
Universidade Federal de Santa Catarina
christiane.dsluciano@yahoo.com.br

Cynthia Ribeiro Luiza do Amaral
Universidade Federal de Santa Catarina
cynthiaservicosocial@gmail.com

Débora Zanghelini
Universidade Federal de Santa Catarina
dzanghelini@gmail.com

Ingrid de Cássia Souza de Oliveira
Universidade Federal de Santa Catarina
ingrid.csoo@gmail.com

Maria Cecilia Olivio
Universidade Federal de Santa Catarina
mariaceciliaolivio@gmail.com

Resumo

O projeto de Extensão Faladeiras é um projeto feminista e está vinculado ao Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP) do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Caracteriza-se como ação junto à comunidade, tendo como foco principal a violência de gênero. Da primeira edição em 2017 até agora, o projeto original sofreu modificações, especialmente por avaliações permanentes com as participantes do projeto. Assim, o principal objetivo deste Relato de Experiência é, além de socializar a prática de um projeto de extensão, sinalizar a importância do contexto para indicar as necessidades de mudanças, o que pode ser visto na apresentação das edições. Esse deve ser o compromisso da Universidade Pública com a defesa dos direitos da população, na luta contra todas as formas de opressão e exploração vigentes.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Formação Feminista. Violência de Gênero.

FALADEIRAS EXTENSION PROJECT

Abstract

Faladeiras extension project is a feminist project and it is linked to the Center for Studies in Social Work and Popular Organization (NESSOP) of the Department of Social Work at the Federal University of Santa Catarina. It is characterized as an action with the community, with gender violence as its main focus. From its first edition in 2017 so far, the original project has undergone modifications, especially through permanent evaluations with the participants. Thus, the main objective of this experience report is, in addition to socializing the practice of an extension project, signaling the importance of the context to indicate the needs for changes, which can be seen in the presentation of the editions. This must be the commitment of the Public University with the defense of the population's rights, in the struggle against all kinds of current oppression and exploitation.

Keywords: University Extension. Feminist Qualification. Gender-based Violence.

PROYECTO DE EXTENSIÓN FALADEIRAS

Resumen

El proyecto de extensión Faladeiras es un proyecto feminista y está vinculado al Núcleo de Estudios en Trabajo Social y Organización Popular del Departamento de Trabajo Social de la Universidad Federal de Santa Catarina, Brasil. El mismo se caracteriza como una actividad junto a la comunidad y tiene como foco principal la violencia de género. El proyecto original, de 2017, tuvo modificaciones, en especial por las frecuentes evaluaciones realizadas por las participantes del proyecto. De esta forma, el principal objetivo de este relato de experiencia es socializar la práctica de un proyecto de extensión señalando la importancia del contexto social con el intuito de indicar las necesidades de cambios. Esto será exhibido en las diferentes ediciones del proyecto realizado en los años de 2017, 2018, 2019 y 2020. Consideramos que este debe ser el compromiso de la universidad pública por la defensa de los derechos de la población y por la lucha contra todo tipo de opresión y explotación vigente.

Palabras claves: Extensión Universitaria. Formación Feminista. Violencia de Género.



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

Extensio: R. Eletr. de Extensão, ISSN 1807-0221 Florianópolis, v. 17, n. 36, p. 175-186, 2020.

INTRODUÇÃO

O Projeto de Extensão Faladeiras se propõe como ação de caráter feminista, de formação e atuação extramuros da Universidade Pública e, até o momento, tem como foco a violência de gênero. Vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP), o projeto teve início em 2017 e já sofreu modificações ao longo de seus três anos de experiência. As razões estão em estreita relação com as avaliações realizadas pelas participantes a cada ano, fortalecendo assim a metodologia proposta de permanente análise e horizontalidade da execução do projeto. Tanto assim, que o projeto em sua formulação original desloca do objetivo em contribuir para a organização das mulheres pelo direito à cidade para atuar na qualificação de agentes públicas e comunitárias para o atendimento a mulheres vítimas de violência.

No contexto brasileiro, basta um olhar mais atento ao cotidiano e verificamos que são as mulheres que, comumente, levam as crianças à escola, utilizam com mais frequência os postos de saúde, as unidades dos Centros de Referência de Assistência Social. De modo geral, as mulheres vivem o bairro de maneira ativa, circulam mais nesse espaço e, conseqüentemente, estão mais expostas às inseguranças das ruas, das esquinas e as violências que perpassam esses locais. Além disso, muitas ainda precisam enfrentar as violências dentro de suas próprias residências.

É notório que o acesso às políticas sociais é substancial para a sobrevivência das mulheres da classe trabalhadora e de suas famílias. Ainda assim, precisamos considerar a contradição inerente de tais políticas, que é o fato de serem concessões e conquistas concomitantemente. Por um lado, temos avanços pontuais em períodos de expansão econômica e na recessão ocorre seu inverso, as possibilidades de negociação se restringem (BEHRING, 2009). Assim, a partir das lutas sociais, num momento histórico específico, surgiu um cenário que propiciou o reconhecimento dos direitos sociais com a aprovação da Constituição de 1988, inaugurando o sistema de seguridade social no país. Trinta anos após sua promulgação, a atual conjuntura política, econômica e social ainda nos apresenta grandes desafios para efetivação dos direitos constitucionais brasileiros.

Um dos instrumentos criados para a ampliação da participação social no âmbito da elaboração, implementação e fiscalização das políticas sociais é o que denominamos de controle social. Segundo Bravo e Correia (2012, p. 127) esta é uma expressão utilizada como “sinônimo de controle da sociedade civil sobre as ações do Estado”. Foi implantado a partir de 1990 num contexto permeado de contradições oriundas de diretrizes do projeto neoliberal. Assim, conselhos e conferências foram institucionalizados no âmbito do Estado – estabeleceu-se o

desafio de não deixar suas estruturas se tornarem “canais de consentimentos” de classes, pois tal situação cria um contexto benéfico para a conservação das relações vigentes.

As autoras nos alertam que o

[...] controle social das classes subalternas sobre as ações do Estado e sobre o destino dos recursos públicos torna-se importante na realidade brasileira para que se criem resistências à redução das políticas sociais, à sua privatização e mercantilização (BRAVO; CORREIA, 2012, p. 133).

Se as mulheres representam uma parcela significativa dos usuários de políticas públicas e o desmonte que assistimos tende a aprofundar-se, impactando diretamente na sobrevivência delas, evidencia-se a necessidade de contribuir com a informação dos seus direitos e com a ampliação da participação social das mulheres nos processos decisórios da sociedade. É preciso que elas saibam dos seus direitos, para que justamente possam defendê-los e ampliá-los. Se partirmos do pressuposto que intervir na realidade requer conhecê-la, podemos entender que:

[...] o direito à informação não está restrito apenas ao conhecimento dos direitos e do legalmente instituído nas políticas sociais. Inclui-se o direito dos usuários de usufruírem de todo conhecimento socialmente produzido, especialmente daqueles gerados no campo da ciência e da tecnologia, necessário para a melhoria das condições e qualidade de vida ou para que os usuários possam acessar determinados bens ou serviços em situações específicas. Acresce-se ainda que o direito à informação não se restringe ao acesso à informação. Ele pressupõe também a compreensão das informações, pois é ela que vai possibilitar seu uso na vida cotidiana. Dessa forma, o uso da informação ou a incorporação da informação pelos sujeitos, torna-se um indicador importante de avaliação no processo de construção da autonomia dos indivíduos, dos grupos e das famílias [...] (MIOTO, 2009, p. 6).

Nessa direção, existem lacunas no que diz respeito às informações sobre políticas sociais, uma vez que a disseminação de informações depende diretamente do perfil dos profissionais nos serviços, desse modo, além de lutar por aquilo que já temos, pela efetivação real das políticas e sua ampliação, faz-se necessário contribuir para a capacitação dessas/es profissionais.

Foi com essa perspectiva que surgiu o Projeto Faladeiras, que teve como objetivo inicial disseminar informações a respeito dos direitos que estão diretamente ligados à vida das mulheres da classe trabalhadora e contribuir com formas de organização na defesa de tais direitos. Além disso, para a concepção de Universidade Pública, a extensão é lugar privilegiado para o cumprimento de sua função social junto à sociedade.

Se na linguagem popular a expressão “faladeiras” é vista como algo pejorativo, aqui ela será seu inverso. São tempos em que não podemos ficar caladas. Apenas como exemplo, em Florianópolis apenas 40% dos casos de violência contra as mulheres registrados na 6ª Delegacia de Proteção à Mulher passam pelo acolhimento do Centro de Referência de Atendimento à

Mulher em Situação de Violência (CREMV)¹ - equipamento público em que a mulher violentada tem acesso a uma série de informações jurídicas, psicológicas, socioassistenciais, cujo prédio fica ao lado da delegacia mencionada. Seja por medo, insegurança, ou qualquer outro motivo que leve uma mulher a não buscar apoio, é nítido que também falta conhecimento e capacitação dos profissionais para que realizem os encaminhamentos necessários à rede.

Portanto, mais do que nunca a realidade aponta a necessidade de sermos cada vez mais “faladeiras”! Como projeto de extensão universitária de caráter popular e feminista, Faladeiras apresenta-se também como instrumento de disputa da universidade pública, como agente importante e propulsor de transformações sociais. O projeto Faladeiras colocou-se como um instrumento que poderia facilitar o encontro, o diálogo, a convergência de vozes, de falas de mulheres, um meio o qual se construa um espaço que traga à tona aquilo que pensam. De acordo com Santos (1998, p. 48), “o espaço tem uma significação diferente segundo o nível de renda e classe social a que se pertence”. Se a população trabalhadora se apropria de seus direitos, forja suas armas para reivindicá-los. Se faltam creches, escolas, saúde adequada, se há insegurança, se não há alternativas de lazer gratuitas, é preciso criar caminhos para reverter isso.

Assim, a proposta foi para que a ação do Projeto, além do caráter feminista, se materializasse na periferia da cidade. É esse processo que se pretende relatar com os objetivos de, além de socializar a experiência, contribuir para mostrar a importância de desenvolver uma metodologia que priorize as demandas reais a partir da inserção da população no processo de construção dos projetos de extensão.

MATERIAIS E MÉTODOS

A seguir apresentam-se as características de cada ano de execução do Projeto, incluindo a proposta para 2020, sendo que em razão da pandemia, o formato está em readequação. Assim, descrevemos o que foi o objetivo de cada edição, a avaliação ao final de cada uma delas e a consequente redefinição dos objetivos.

Edição de 2017 – A violência doméstica como o cotidiano das mulheres

Para a primeira edição e, portanto, aquela que justificou o projeto, a metodologia proposta teve, como até então, os pressupostos da educação popular, já que privilegia a

¹Dados obtidos através de visita ao CREMV/Florianópolis, realizada em 24 de junho de 2016

construção coletiva e democrática de saberes com as mulheres, a partir da contextualização e leitura que fazem do significado e importância de se organizarem pelo direito à cidade. Foi realizada em um Centro de Referência em Assistência Social no sul da ilha de Florianópolis. Além disso, foi efetivada em parceria com o coletivo Comitê em Defesa dos direitos sociais do Sul da Ilha, como experiência piloto. A dinâmica e periodicidade dos encontros foram de acordo com a disponibilidade e interesses acordados no coletivo dessas mulheres.

A participação e autonomia dos grupos é um pressuposto para o desenvolvimento do projeto, além de se constituir como uma ferramenta pedagógica para as e os discentes envolvidos quanto aos processos de trabalho com grupos populares e organização política das mulheres em Florianópolis. Esperava-se com o projeto ampliar as possibilidades de intervenção das mulheres nos espaços de decisão acerca do direito à cidade e na melhoria de acesso e atendimento das políticas sociais públicas locais, bem como adensar a formação dos discentes para esse processo, tão fundamental ao exercício profissional em Serviço Social.

Da avaliação positiva enquanto projeto que se vincule às mulheres da periferia, de o quanto foi importante esse contato para as estudantes envolvidas e, principalmente de apreender, embora não como surpresa, a gravidade da vivência das mulheres com um cotidiano de violência e, muitas vezes, com dificuldade de identificar como tal, outras indicações críticas foram realizadas. Com destaque, o fato de a execução do projeto ser em espaço institucional da Assistência Social no município e, voltado às mulheres ali atendidas, confundiu o grupo que priorizou por óbvio as suas necessidades para o atendimento.

A precariedade financeira influenciou, inclusive, para a vinda e participação sistemática dessas mulheres no grupo, o que levou a uma descontinuidade nas conversas, com pouca possibilidade para avançar num debate que chegasse à pauta feminista. O que foi, em contrapartida, fundamental para a avaliação de quanto a realidade das mulheres das camadas pobres é saturada das contradições de gênero, classe e raça. Por fim, outra avaliação foi de que a presença do projeto estava substituindo o que seria uma dinâmica que deveria ser específica do trabalho do CRAS. A partir dessas considerações, optou-se por ampliar a avaliação investindo na convocação de lideranças locais de mulheres com atuação na organização comunitária.

Naquele momento, ao final de 2017, no próprio espaço do CRAS, realizaram-se duas reuniões com essas mulheres. A primeira para apresentar o projeto e a segunda para discutir o que seria central para a continuidade dele. A formação de uma consciência feminista, a partir dos problemas enfrentados pelas mulheres, ficou evidenciada. Assim, a prioridade para a segunda edição foi a de ampliar o convite para essas lideranças, ampliando para agentes públicas que atendessem em seus espaços profissionais, contextos de violência contra as mulheres, como

agentes de saúde, assistentes sociais, psicólogas, por exemplo. Também, indicaram-se temas de interesse para as rodas de conversa, o que posteriormente caracterizamos como oficinas temáticas.

Edição 2018 – As contradições políticas da atuação em territórios.

Como continuidade à edição anterior e, sob o mesmo título, procurou-se retomar os objetivos do projeto como o direito à cidade, a partir das particularidades sócio-históricas dos territórios, como acessibilidade, habitação, segurança, saúde, educação e assistência social, que se configuram como objetos dos conteúdos tratados no decorrer das atividades do projeto. A dinâmica e periodicidade dos encontros foram de acordo com a disponibilidade e interesses acordados no coletivo dessas mulheres.

O público-alvo nesse ano foi de mulheres lideranças comunitárias das camadas populares de diversos bairros de Florianópolis/SC, em particular, na região sul da ilha. Em encontros quinzenais, o grupo discutiu diversos temas referentes aos direitos das mulheres e sua luta. Para acessar o público-alvo, foi feito o mapeamento e contato com organizações, associações de moradores, conselhos comunitários, conselhos locais de saúde e demais entidades no sul da ilha. Dos quase trinta locais mapeados, foi possível efetivar o contato com treze, e representantes de quatro compareceram à reunião inicial, realizada em junho

A partir das demandas apontadas na reunião, foram estruturados os encontros da formação, com definição dos temas, elaboração de materiais de apoio e contato com profissionais e coletivos para participação. Dentre os temas destacados pelas mulheres participantes da reunião, destacam-se o tema das violências contra a mulher, direitos das mulheres e o feminismo.

A formação ocorreu em encontros quinzenais entre setembro e novembro de 2018, na Associação de Moradores das Areias do Campeche (AMAREIAS). Durante a realização dos encontros, foram compartilhados relatos das participantes em relação à percepção da violência contra a mulher em seus cotidianos. Outro destaque foram os relatos das dificuldades e desafios no atendimento das profissionais agentes de saúde no atendimento das mulheres vítimas de violência e na articulação com a rede de atendimento.

A edição de 2018 foi fundamental para o que viemos a avaliar como um salto de qualidade para a edição de 2019. Foi possível apreender que as disputas locais interferem no projeto e nem sempre estamos preparadas para implementar um projeto de extensão quando não há uma vivência das especificidades desse território. Isso acabou levando a trocar de espaço para a execução do projeto, a dividir o espaço com outras atividades da comunidade, o que ocasionou

uma precariedade na agenda estabelecida, por exemplo. De todo modo, foi bastante positiva a experiência com convidadas. Constatou-se que as participantes mais constantes ao longo da formação foram as agentes públicas e, sendo assim, a crítica de que esperavam uma formação mais consistente, para além da troca de experiências que foi a tônica da edição de 2018. Já centrando, portanto, na violência contra as mulheres como tema mais requisitado, a organização da edição 2019 foi voltada para aprofundar a qualificação destas agentes, o que implicaria em pesquisa, estudo e divulgação do projeto para as instituições públicas de atuação no território.

Edição de 2019 – A identidade formativa do Projeto Faladeiras.

Como avaliado em 2018, essa edição voltou-se a focar na formação junto às agentes públicas e sociais que atuam atendendo as demandas das mulheres nos bairros do sul da ilha e adjacentes. Como essas agentes são igualmente residentes nos bairros, além de manter o objetivo de contribuir ao processo de formação de uma consciência crítica feminista e participativa diante da realidade, incorporou também dois outros objetivos complementares: instrumentalizar técnica e eticamente para o atendimento às mulheres e contribuir para a articulação de uma rede de atenção às mulheres na região. A metodologia proposta, mantendo os pressupostos da educação popular, consistiu em uma formação para profissionais de diversas áreas sobre a temática da violência contra as mulheres. Realizada no formato de oficinas, a formação teve carga horária total de 28 horas, divididas em 14 encontros de 2 horas de duração.

Mantendo o foco das outras edições, os encontros ocorreram em uma escola pública no sul da ilha de Florianópolis. Foram definidos três módulos para o curso: aspectos teóricos, políticos e históricos da violência contra a mulher; aspectos técnico-operativos e ético-políticos dos atendimentos; a violência contra a mulher e a rede de atendimento em Florianópolis. Por incluir diversos temas que fogem do escopo de conhecimento do Serviço Social, foram convidadas profissionais que atuam com mulheres vítimas de violência e pesquisadoras da área de gênero e sexualidade para ministrar e coordenar alguns dos encontros da formação.

Além disso, foi feito um levantamento acerca da rede municipal de serviços para atendimento às mulheres vítimas de violência, através de contato com diversas instituições, serviços e profissionais. Contudo, foi com muita dificuldade que conseguimos as informações para fazer o levantamento da rede de atendimento à mulher vítima de violência em Florianópolis. Nesse período, tentando contato, ficou a certeza das dificuldades que uma mulher vítima de violência tem para conseguir informações, pois, se nós que nos identificamos como universidade e que estávamos sistematizando a rede de atendimento vigente em Florianópolis não tínhamos as

informações, de que forma uma mulher que sofreu violência consegue acessar a rede? Como ela se sente em ter que correr atrás de informações de organizações que não conversam e possuem pouca eficácia para atender as mulheres que sofrem uma violência?

A divulgação da formação foi feita por meio das redes sociais do projeto, entrega de panfletos e cartazes em Centros de Saúde, Centros de Referência de Assistência Social e escolas do sul de Florianópolis, contato por e-mail com associações de moradores, com outras instituições e serviços que realizam atendimento a mulheres vítimas de violência e com as participantes das edições anteriores. Foi criado um formulário online para inscrição prévia, que teve um total de 50 pessoas inscritas. Ao traçar um breve perfil pelos dados fornecidos na inscrição, tem-se que todas as inscritas são mulheres cisgênero², de maioria branca (74%), orientação heterossexual (76%). Em relação à idade, tem-se a média de 35 anos, sendo a inscrita mais jovem com 22 anos e a mais velha com 58 anos. Apesar do foco no sul da ilha, as inscritas residem e laboram em todo o município e até em outros municípios da Grande Florianópolis. A maior parte possui formação superior, sendo Serviço Social, Enfermagem e Psicologia as três principais categorias das participantes do curso. Das 50 inscritas, 27 estiveram presentes no primeiro dia da formação, 15 das quais concluíram a formação, com ao menos 75% de presença.

A avaliação e propostas para 2020 consideraram que houve um novo salto de qualidade com o projeto em relação aos anos anteriores, pois foi possível atingir um número maior de mulheres, de diferentes categorias profissionais e áreas de atuação, adensar e qualificar os debates. Nesse sentido, a formação no formato de curso com metodologia de oficinas permitiu a criação de um grupo mais focado e com maior espaço para discussões, debates e contribuições de todas as participantes. Como ponto negativo, percebe-se a dificuldade em atingir o público-alvo que havia sido definido para a formação. Além disso, apesar da grande carga horária do curso, não foi possível incluir todo o conteúdo necessário e alguns debates não puderam ser aprofundados da forma ideal.

As avaliações realizadas pelas participantes foram positivas - todas consideraram o curso bom (20%) ou muito bom (80%). Os conteúdos abordados foram considerados de "grande relevância social" e "pertinentes à proposta do curso, em muitas vezes ultrapassando de forma enriquecedora as bordas e limites pré-estabelecidos numa clara demonstração da necessidade de continuidade e expansão do programa". Em relação à metodologia, várias participantes elogiaram a diversificação nas dinâmicas utilizadas nos três módulos e ressaltaram a contribuição das ministrantes convidadas em alguns encontros. Em razão do processo de avaliação, optou-se por uma reformulação do projeto para 2020, que na verdade aprofunda os objetivos do Faladeiras.

²Cisgênero é a pessoa que se identifica com o sexo biológico com o qual nasceu.

Trata-se de formação nos serviços a partir de oficinas temáticas, como já aprovado pelo PROBOLSAS 2020 e Sigpex.

Edição de 2020 - na pandemia, descontinuidade e reformulação.

No ano de 2020, a proposta pretendia estender-se intensivamente à qualificação de agentes públicos e comunitários que diariamente lidam com mulheres vítimas de violência, e exigem formação específica e qualificação para atuarem efetivamente neste campo que tange também direitos sexuais e reprodutivos e direitos sociais. A conjuntura atual de regressão de direitos expõe cada vez mais o quanto a violência contra as mulheres se materializa através de diversas nuances e formas. Assim, foram pensadas oito oficinas, a serem realizadas nos diferentes serviços das políticas de assistência social, saúde e educação, bem como em sindicatos e organizações comunitárias, para abordar os diferentes temas que envolvem tais violências: violência e saúde sexual e reprodutiva; violência e sexualidade; violência e racismo; violência doméstica; violência de gênero e trabalho; violência geracional e de gênero; violência e mulher em situação de rua.

A organização de cada oficina temática propõe uma equipe coordenadora, composta por integrantes do projeto Faladeiras (docente e discentes de graduação e pós-graduação) e participantes da formação em 2019. Diante da perspectiva de análise que articula gênero, raça e classe enquanto eixos estruturantes, temos como objetivo enfatizar a questão racial, em articulação dialética na oficina de violência e racismo, resgatando e associando, a questão étnico-racial da mulher negra e indígena e o racismo, e a questão da mulher com deficiência e o capacitismo, que fundamentalmente se perpassam em diversas situações. Concordando com Davis (2017, p. 37), “as mulheres da classe trabalhadora, em particular as de minorias étnicas, enfrentam a opressão sexista de um modo que reflete a realidade e a complexidade das interconexões propositais entre opressão, econômica, racial e sexual”.

No começo de 2020, com o advento da pandemia provocada pela COVID-19 e a consequente necessidade de isolamento social, suspensão de atividades presenciais, redirecionamento das diferentes políticas para o atendimento de novas demandas surgidas e agravadas neste contexto, o planejamento e execução das atividades propostas pelas oficinas temáticas de formação do projeto Faladeiras também foi impactado. Atualmente encontra-se em processo de reformulação para a modalidade online, mantendo os conteúdos propostos inicialmente.

RESULTADOS E ANÁLISES

No decorrer da apresentação das edições procuramos apresentar os resultados e análises subsequentes. Partimos da constatação de que são as mulheres que vivem mais extensiva e intensivamente os territórios, seja pelo viés da atenção e demandas para as políticas sociais públicas, como pela insegurança, que atinge majoritariamente as comunidades populares e/ou periféricas. A constante avaliação com as participantes nas três edições realizadas até então permitiu a percepção das demandas emergentes, tanto das lideranças comunitárias, agentes de saúde e outras profissionais, que em seu campo profissional atendem constantemente mulheres vítimas de violência.

Também, ao longo da existência do projeto, pudemos referendar a importância da extensão na universidade e, particularmente, para a formação em serviço social. O permanente processo de avaliação com as participantes das diferentes edições também foi essencial para uma construção em consonância com a proposta de participação almejada. No decorrer desse processo também foi possível maior aproximação com profissionais e agentes públicos que atuam na rede de atenção às mulheres em situação de violência, de maneira direta ou indireta, bem como identificação de potenciais pontos a serem mais bem elaborados na rede de atendimento. Desse processo também foi oficializado um acordo de cooperação técnica com a Secretaria de Assistência Social de Florianópolis, para a realização das oficinas temáticas com as/os trabalhadoras/es de seus serviços.

Outros resultados importantes referem-se à indissociabilidade entre a pesquisa, ensino e extensão. O projeto forjou a criação do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho, Feminismos e Serviço Social que, embora articulado à extensão, ganhou sua própria dinâmica e agregou outras estudantes, inclusive de outras áreas do conhecimento. Deu origem a um projeto de pesquisa que busca articular projetos de estágio, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado em torno da temática. As bolsistas participam semestralmente da disciplina Introdução à Vida Acadêmica, ministrada na primeira fase do curso de Serviço Social, apresentando a experiência do Projeto, além de fortalecer a interlocução com outras áreas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra as mulheres não está descolada do contexto social, político e econômico mais amplo. Igualmente as possibilidades dos projetos extensionistas, especialmente

àqueles voltados à comunidade, ao contato direto com a população, também o estão. Tanto assim, que a pandemia pela COVID 19 colocou até o momento o projeto em suspensão. No entanto, da incerteza inicial da duração da pandemia, ao entendimento de sua extensão, a equipe desenvolveu outras atividades e planeja retornar ao projeto ainda que reformulando seu formato.

Em parceria com o Comitê SUAS SC - Covid 19 em defesa da vida, o projeto Faladeiras organizou um artigo que sistematiza o mapeamento da violência contra as mulheres nesse período (FALADEIRAS, 2020), além de realizar webinar com o título: “Violência Doméstica e Pandemia: desafios ao sistema de proteção social”, para apresentação desses resultados. Buscou-se trazer alguns dados acerca da violência doméstica contra as mulheres no contexto atual de pandemia em Santa Catarina, problematizando a efetividade das políticas públicas, para, assim, apontar algumas possibilidades que possam ampliar o acesso e a proteção das mulheres.

Como dissemos em outro artigo,

O contexto de pandemia mundial pela COVID 19 expõe a perversidade de um modelo societário que prima pelo “lucro acima das vidas”, o que significa, de partida, saber que as relações de opressão serão, como estão sendo, aprofundadas. E, no Brasil essa verdade toma proporções catastróficas. Num momento em que se clama pela saúde e necessária defesa dos serviços públicos, por medidas sanitárias e de renda, o que temos assistido é a tentativa diária em aprovar as medidas da política de austeridade, de ajustes fiscais que beneficiam as empresas, os bancos e os mais ricos. O isolamento social é tratado como uma disputa de opiniões entre a ciência e o negacionismo funcional aos interesses do capital. E, não por acaso, podemos nomear de política genocida a do governo brasileiro porque sabemos que o coronavírus não atinge igualmente a todas e todos. São as periferias, o povo negro, indígenas e as mulheres trabalhadoras que mais duramente são afetadas e estão morrendo (FALADEIRAS, 2020, p. 2).

As relações de gênero, raça e classe são estruturantes da sociedade brasileira e atravessam todas as instâncias da vida (SAFFIOTI, 2004). No contexto da atual pandemia, que impõe alterações necessárias e significativas nas condições imediatas de sobrevivência, as desigualdades impostas por estes eixos estruturantes da vida também são intensificadas. Outra questão que se é colocada é que as condições para a concretização das alterações necessárias na forma de sociabilidade imposta em tempos de pandemia devem ser garantidas através de políticas públicas básicas e intensivas, em especial aqui, nas situações de violência contra mulher.

No entanto,

em um contexto já anteriormente agravado, desde 2016, com o avanço e aprofundamento do neoliberalismo como ideal de modelo econômico, a retirada sistemática do financiamento das políticas públicas vem se intensificando. A ineficácia em dar resposta imediata ao aumento das situações de violência doméstica em período de pandemia é uma repercussão dessa precarização que, em tempos de normalidade, já apresenta insuficiência de espaços de acolhimento, escuta e encaminhamentos. A luta para que sejam fortalecidas políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres são diligentemente minimizadas, enfraquecidas e postas de escanteio, não obstante,

em meio à crise atual, testemunhamos uma significativa falta de capacidade de estados e municípios para lidar com o aumento desses casos de violência. É importante afirmar que, no que diz respeito ao enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres, esses e outros elementos expõem como a ordem patriarcal de gênero (SAFFIOTI, 2004), assume o caráter estrutural na reprodução das relações sociais (FALADEIRAS, 2020, p. 3).

Essa conjuntura, além de demandar a reformulação do projeto de extensão, corrobora suas preocupações no sentido da defesa da função social da universidade, das políticas sociais públicas, da necessidade do feminismo, da luta antirracista e da classe trabalhadora.

A contribuição deste relato, portanto, vem demonstrar a importância da extensão universitária, a materialização da função social da Universidade Pública e o quanto a própria extensão potencializa a indissociabilidade com ensino e pesquisa.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no contexto da crise capitalista. *In*: CFESS (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess; Abepss, 2009. p. 301-322.

BRAVO, Maria Inês Souza; CORREIA, Maria Valéria Costa. Desafios do controle social na atualidade. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 109, p. 126-150, mar. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000100008. Acesso em: 10 ago. 2020.

DAVIS, Angela Yvonne. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017. 196 p.

FALADEIRAS. **Isolamento social e violência contra a mulher: contribuições ao debate**. Florianópolis: Faladeiras, 2020. 29 p. Disponível em: https://suassccovid19.files.wordpress.com/2020/05/violecc82nciadomestica_covidsc_faladeiras-1.pdf. Acesso em: 08 ago. 2020.

MIOTO, Regina Célia. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. *In*: CFESS (org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: Cfess; Abepss, 2009. p. 497-512.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Milton. **O Espaço do cidadão**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998. 142 p. (Coleção Espaços).

Recebido em: 11/08/2020

Aceito em: 17/08/2020